[38] *O Direito, Introdução e Teoria Geral*, *cit.*, p. 423. V. Karl Larenz, *Metodologia da Ciência do Direito*, 2.ª edição, 1969, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 427 e segs.

[39] *Ibidem*.

[40] *Introdução ao Pensamento Jurídico*, 6.ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1988, p. 281.

[41] De 27 de Janeiro de 2000 (*Diário da República*, II série, n.º 115, de 18 de Maio de 2000). Sobre as lacunas e sua integração v., entre outros, os pareceres n.os 90/88, de 9 de Março de 1989 (*Diário da República*, II série, n.º 129, de 29 de Março de 1989), 44/98, de 24 de Setembro de 1998 (*Diário da República*, II série, n.º 64, de 17 de Março de 1999), 142/2001, de 14 de Fevereiro de 2002 (*Diário da República*, II série, n.º 184, de 10 de Agosto de 2002), 61/2002, de 6 de Novembro de 2003 (*Diário da República*, II série, n.º 61, de 12 de Março de 2004), 80/2003, de 15 de Janeiro de 2004 (*Diário da República*, II série, n.º 74, de 27 de Março de 2004), 160/2003, de 29 de Janeiro de 2004 (*Diário da República*, II série, n.º 79, de 2 de Abril de 2004), e 99/2006, de 18 de Janeiro de 2007.

[42] Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 30/2007/M, publicada no *Diário da República*, I série, n.º 240, de 13 de Dezembro de 2007, que deu origem à proposta de lei n.º 171/X/3, pendente na Assembleia da República, publicada no *DAR*, II série A, n.º 25, de 6 de Dezembro de 2007. Os pareceres do Governo Regional dos Açores, da Comissão de Assuntos Parlamentares da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores estão documentados no *DAR*, II série A, n.os 42 e 46, de 17 e 24 de Janeiro de 2008, respectivamente. O parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Liberdades e Garantias está publicado no *DAR*, II série A, n.º 40, de 14 de Janeiro de 2008.

[43] Marcelo Rebelo de Sousa e José de Melo Alexandrino, *Constituição da República Portuguesa Comentada*, Edições Lex, Lisboa, 2000, p. 90.

[44] Publicado no *Diário da República*, II série, n.º 290, de 17 de Dezembro de 2003.

[45] *Constituição da República Portuguesa Anotada*, volume I, 4.ª edição revista, Coimbra Editora, 2007, p. 339.

[x4] Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 1007/96, in *Diário da República*, II Série, de 12 de Dezembro de 1996.

[x5] Citando-se Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 2.ª edição, 1.º volume, 1984, p. 149. Cf. o parecer n.º 58/85, que acompanha, e o parecer n.º 50/92, de 27 de Novembro de 1992.

[x6] *Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador – Contributo para a Compreensão das Normas Constitucionais Programáticas*, Coimbra Editora, Reimpressão, 1994, p. 382.

[x7] Como dá conta José Casalta Nabais, "Os Direitos Fundamentais na Jurisprudência do Tribunal Constitucional", *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. LXV, 1989, p. 104.

[x8] V. Martim de Albuquerque, com a colaboração de Eduardo Vera Cruz, *Da Igualdade – Introdução à Jurisprudência*, Almedina, Coimbra, 1993, p. 335. […].

[x9] *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3ª edição revista, Coimbra Editora, 1993, p. 127. Na jurisprudência do Tribunal Constitucional, *vide*, entre outros, os acórdãos n.º 121/99, de 2 de Março de 1999 […], n.º 683/99, de 21 de Dezembro de 1999 […], n.º 37/2001, de 31 de Janeiro de 2001 […], n.º 98/2001, de 13 de Janeiro de 2001 […], n.º 455/2002, de 30 de Outubro de 2002 […], todos disponíveis em www.tribunalconstitucional.pt.

[46] *Manual de Direito Constitucional*, Tomo IV, 3.ª edição, revista e actualizada, Coimbra Editora, 2000, p. 241.

[47] *Ob. cit.*, p. 242.

[48] Publicado no *Diário da República*, I série, n.º 9, de 14 de Janeiro de 2008, na linha de abundante jurisprudência, alguma da qual aí citada.

[49] Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, volume I, 4.ª edição revista, *cit.*, p. 340. Sobre a caracterização e dimensões do princípio da igualdade, v. ainda Jorge Miranda e Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo I, Coimbra Editora, 2005, pp. 13.º e segs. (comentário ao artigo 13.º), e Maria da Glória Ferreira Pinto, "Princípio da igualdade – fórmula vazia ou fórmula «carregada» de sentido?", Lisboa, 1987, separata do *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 358, também integrado em *Estudos sobre o Princípio da Igualdade*, da mesma Autora, Almedina, 2005, pp. 29 e segs.

[50] Alterado pela Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto, onde está republicado, e pela Lei n.º 12/2000, de 21 de Junho.

[51] *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo III, Coimbra Editora, 2007, p. 277.

[52] Epígrafe da secção II do capítulo III, dedicado ao regime económico, do EPARAM.

[53] A este propósito, refira-se o regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 138/99, de 23 de Abril, que, conforme sumário oficial, «regula a fixação de obrigações de serviço público e as ajudas do Estado relativamente a serviços aéreos para regiões insulares, periféricas ou em desenvolvimento».

Conselho Superior do Ministério Público

Despacho (extracto) n.º 9436/2008

Licenciado Francisco Martins Guerra — Procurador-Geral Adjunto no Tribunal Central Administrativo Sul — desligado do serviço, para efeitos de aposentação/jubilação.

17 de Março de 2008. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos José de Sousa Mendes.*

PARTE E

UNIVERSIDADE ABERTA

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 9437/2008

Tendo a mestre Valentina Isabel Oliveira de Almeida requerido provas de obtenção do grau de doutor, no Ramo de Estudos Americanos, nos termos do artigo 12º do Regulamento de Doutoramento da Universidade Aberta, de 15 de Fevereiro de 1994, conjugado com o artigo 26º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, nomeio os seguintes elementos para fazerem parte do júri:

Presidente — Doutor João Luís Serrão da Cunha Cardoso, Professor Catedrático da Universidade Aberta, por delegação de competências;

Vogais:

Doutora Graça Maria Constantino Nunes de Oliveira Capinha, Professora Auxiliar do Grupo de Estudos Anglo-Americanos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Doutora Ana Luísa Ribeiro Barata do Amaral, Professora Associada do Departamento de Estudos Anglo-Americanos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Doutor Mário Carlos Fernandes Avelar, Professor Catedrático do Departamento de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Aberta (Orientador);

Doutora Maria Filipa Palma dos Reis, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Aberta;

Doutora Maria do Céu Monteiro Marques, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Aberta.

20 de Fevereiro de 2008. — O Reitor, *Carlos António Alves dos Reis.*

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 9438/2008

Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto n.º 7154/2008), inserido na página n.º 10262, do *Diário da República,* 2.ª série, n.º 50, de 11 de Março de 2008, novamente se publica:

Por despacho reitoral de 12 de Dezembro de 2007, foi celebrado contrato administrativo de provimento, com o Doutor Vítor José Crespo Cardoso para exercer funções de professor auxiliar, em regime de tempo integral, pelo período de cinco anos, por conveniência urgente de ser-